

I Concurso Literário na Temática

AFRO-BRASILEIRA DO IFSUL

Artigos e Redações

2013

Comissões

Comissão Organizadora

Olga Maria Lima Pereira
Caterine Henriques Mendes
Fabiane Volcan Sastre
Andreia Cabral Colares Pereira
Miguel Arcanjo Vidinha Baneiro
Manoel Porto Júnior
Aline Hillal Vasconcelos
Marco Antônio da Silva Vaz
Cleverson Jearin Rodrigues Vargas
Daniel Vieira Essinger
Valdir José Andrade Lacerda Júnior
Jairo da Silva Campelo
Sandra Corrêa Vieira

Comissão Científica

Fernanda Oliveira da Silva
Caterine Henriques Mendes
Sandra Corrêa Vieira
Olga Maria Lima Pereira
Silvani Lopes Lima
Caiuá Cardoso Al-Alam
Mateus de Oliveira Couto
Fernando Rodrigues Montes D'oca
Geanine Vargas Escobar
Arilson dos Santos Gomes
Márcia de Vasconcelos Pereira
Tereza Cristina Barbosa Duarte
Lígia Beuttenmüller Matos
Andreia Cabral Colares Pereira
Demetrius Da Silva Martins
Marielda Barcellos Medeiros
Helenize Soares Serres
Marion Rodrigues Dariz
Cristina Maria Campos
Adail Sobral

Apresentação

O I Concurso Literário na Temática Afro-Brasileira do IFSul, que ocorreu entre os meses de setembro e novembro de 2013, organizado pela Pró-reitoria de Extensão, insere-se na discussão sobre a importância da Lei 10.639/03 que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, em todas as instituições de ensino fundamental e médio, incluindo o estudo da História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro como sujeito na formação da sociedade nacional, resgatando assim, a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

Este concurso apresentou como público alvo os discentes de todos os campus do IFSul, e teve como finalidade promover reflexões mais profundas sobre a importância da Lei 10.639/03 nos currículos escolares, bem como, fomentar práticas educativas que visem a desfazer estereótipos negativos em relação ao negro, sua cultura e identidade. Dessa maneira, buscou-se incentivar a pesquisa e a reflexão a respeito da importância das relações étnico-raciais e o reconhecimento pela diversidade e cultura africana no Brasil, despertar os alunos para o exercício do pensamento crítico e reflexivo, explorando seu potencial e sua capacidade de expressão através da escrita, instigar nos alunos o gosto pela pesquisa científica e pela redação científica bem como favorecer aos alunos momentos em que possam compreender e valorizar a história e cultura afrodescendentes e promover práticas de combate ao racismo e à discriminação racial tão presentes no país e realidades escolares.

O I Concurso Literário na Temática Afro-Brasileira do IFSul apoiou-se nas seguintes diretrizes:

- Incentivar, através da pesquisa, o corpo discente a respeito da importância da diversidade étnica na construção do Brasil;
- Contribuir para o desenvolvimento da expressão escrita e reflexiva dos estudantes, bem como, motivar para a importância de trabalhos que priorizem a produção intelectual;
- Apresentar à comunidade representações positivas e esquecidas da identidade negra, usando a literatura como ferramenta de combate ao racismo e práticas discriminatórias;
- Desenvolver nos alunos uma postura de respeito e valorização da cultura e da identidade negra;
- Instigar reflexões sobre a Lei 10639/03, bem como utilizar a literatura como mecanismo de combate ao racismo e valorização da cultura afro-brasileira;
- Motivar, entre docentes e discentes, a busca por conhecimentos sobre a contribuição cultural afro-brasileira na construção do nosso país promovendo o respeito pelo negro como ator da história nacional;
- Discorrer sobre a importância de reescrever nossa história possibilitando novas leituras do caminho afro-brasileiro.

Inscreveram-se no concurso trabalhos na categoria de artigos científicos e na categoria redação, os quais, apresentamos nesta publicação os três melhores trabalho na categoria artigo científico e os dez melhores trabalhos na categoria redação.



Sumário

Artigos

1º Lugar - Políticas de Integração Social da População negra
Joana Rocha Guerreiro - Câmpus Charqueadas 06

2º Lugar - Lei 10.639/03 o desconhecido vira obrigação
Bruno Nunes Kellermam - Câmpus Pelotas 11

3º Lugar - Lei 10.639/03
Rosimeri Gonçalves Ferreira - Câmpus Pelotas-Visconde da Graça 16

Redações

1º Lugar - A legitimação da Igualdade
Bruno Guilhermano Fernandes - Câmpus Sapucaia do Sul 20

2º Lugar - A representação da nossa história
Felipe Eduardo Dragon Cassel - Câmpus Sapucaia do Sul 21

3º Lugar - O Brasil está mudando, e os nossos (pré) conceitos??
Maria Vitória Cliarelli Bourscheid - Câmpus Pelotas 22

4º Lugar - Religião é cultura
Thales Wiliam Borges Lindenmeyer - Câmpus Charqueadas 23

5º Lugar - Por onde começa a igualdade
Angela Letícia Oliveira Biesuz - Câmpus Charqueadas 24

6º Lugar - Construindo pontes para o estudo da cultura afro-brasileira
Patrícia Gabriela Riedel - Câmpus Venâncio Aires 25

7º Lugar - Necessidade de valorização da cultura afrodescendente
Euarda Ramé Passos - Câmpus Charqueadas 26

8º Lugar - Negros: história de valores e conquistas
Rômulo Viana Gomes - Câmpus Passo Fundo 27

9º Lugar - Influência afro-brasileira
Euarda Ramé Passos - Câmpus Charqueadas 28

10º Lugar - A importância do Afro-brasileiro na nossa História
Brenda Trindade Soares - Câmpus Charqueadas 29



Artigo 1º Lugar:

Políticas de Integração Social da População Negra

Joana Rocha Guerreiro*
Câmpus Charqueadas

Resumo

Este artigo trata dos reflexos da implantação da Lei nº 10639/03, cujo texto determina como obrigatório o ensino da cultura afro-brasileira nas escolas, bem como da visão geral do negro na sociedade nacional. A população afrodescendente, que é maioria no Brasil, sofre de uma tradicional marginalização na sociedade, o que começou assim que os navios negreiros aportaram no Brasil e se entendeu para muito além da data de abolição da escravatura. As diferenças entre negros e brancos se refletem tanto no aspecto socioeconômico quanto no que é valorizado nacionalmente em termos de cultura. A lei 10639/03 e a política de cotas raciais para ingresso no ensino superior, comentadas ao longo deste artigo, são medidas que visam aproximar a situação atual de um estado de igualdade..

Palavras-chave: lei 10639/03, cultura afro-brasileira, cotas raciais, desigualdade econômica, negros

Abstract

This article discusses the consequences of the implementation of Law No. 10639/03, whose text determines as compulsory the teaching of african-Brazilian culture in schools, and also discusses the overview of black influences in the national society. The Afro-descendant population, who are the majority of the Brazilian population, suffers from a traditional marginalization in society, which began as soon as the slave ship arrived in Brazil and continued far beyond the date of abolition. Differences between blacks and whites are reflected in the socioeconomic aspect and in what is valued in terms of crop. Law No. 10639/03 and the racial quota policy for admission to higher education, also commented on this article, are measures to bring the current situation to a state of equality.

Keywords: Law 10639/03, african-Brazilian culture, racial quotas, economic inequality, black people

* Estudante do Curso Técnico Integrado de nível médio em Informática – Instituto Federal Sul-rio-grandense, Câmpus Charqueadas.

Introdução: maioria que é minoria

Segundo dados do último censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), realizado em 2010, 50,7% da população brasileira se declara negra ou parda, contra 47,7% de autodeclarados brancos (os 1,6% restantes se declararam indígenas ou amarelos), revelando que negros e pardos representam a maior parte da população brasileira, apesar da proximidade dos números. Porém, esta semelhança entre a quantidade de indivíduos de cada etnia no grande grupo populacional não é correspondente ao percentual existente de negros e brancos em cada uma das diferentes classes socioeconômicas no Brasil.

É notória a supremacia caucasiana na sociedade brasileira: o percentual de negros e indivíduos de outras etnias que não a branca é baixíssimo na população correspondente às classes média e alta. O percentual de indivíduos não brancos em camadas mais baixas da população é absurdo e desproporcional se comparado ao percentual existente nas classes mais abastadas. Segundo dados do mesmo censo do IBGE supracitado, a renda média mensal dos indivíduos brancos (R\$ 1.538) e amarelos (R\$ 1.574) é praticamente o dobro da renda dos negros (R\$ 834), pardos (R\$ 845) e indígenas (R\$ 735). A diferença não é apenas salarial: é gritante a desigualdade de cargos, educação e oportunidades para negros e brancos no Brasil. A supremacia dos brancos na tradição brasileira também salta aos olhos na cena política e cultural como um todo.

Este cenário acaba por relegar aos negros e pardos o status de minoria, apesar de representarem grande parte da população nacional. A desvalorização sistemática deste grupo populacional o deixa à margem da sociedade brasileira – na prática, não existe igualdade entre as etnias. A desconsideração sociocultural do negro e a disparidade econômica entre negros e brancos expõem claramente a abissal desigualdade que põe em xeque a alegada democracia brasileira. Esta realidade tem bases históricas e culturais que explicam a situação socioeconômica do negro no Brasil.

A situação do negro na sociedade brasileira

A famosa Lei Áurea (lei imperial que determinou a abolição da escravatura no Brasil), sancionada em 13 de maio de 1888 pela princesa Isabel, é

tema obrigatório nas aulas de História das escolas brasileiras. O retrato pintado pelos livros geralmente corresponde ao de uma libertação ansiada, oportunizada por uma princesa piedosa. Da forma como é contada, a história da abolição da escravatura soa como um conto de fadas cujo final foi feliz para todos. Na verdade, não foi isso que aconteceu.

O texto da Lei Áurea determinava que os escravos fossem libertados, mas não sugeria nenhum tipo de assistência aos libertos. A lei não garantia de maneira alguma a integração do negro à sociedade brasileira, coisa que não seria fácil e até hoje, quase 150 anos após a sanção da lei, ainda não aconteceu completamente.

Até praticamente o início do século XX, o negro era visto como mero objeto de trabalho, nada parecido com um ser humano, o que permitia a veiculação de certos absurdos, como “negro não sente dor” ou “negro não tem alma”. O escravo era vítima da tirania e da violência do povo que o escravizava, arrancado da sua cultura original e tendo sua vida e liberdade vendidas em troca de nada para si mesmo. A lei abolicionista abriu as portas das senzalas, mas manteve os negros acorrentados à sina da miséria. Na condição de ex-escravos, não tinham posse alguma que servisse de moradia e eram execrados pela sociedade, o que os impedia de conseguir trabalho remunerado. Sendo assim a visão (e a situação) que se tinha do negro à época pós-abolição, as chances de subsistência do negro nestas condições eram mínimas. Muitos optaram por continuar em seus locais de trabalho pelo simples fato de não terem para onde ir.

A sanção da Lei Áurea marca o fim do período da história do negro que é ensinada nas escolas brasileiras. O ensino da cultura do povo negro é desvalorizado e praticamente não acontece; a história do negro antes de se tornar escravo simplesmente não é mencionada e o que se sucedeu após a abolição da escravatura é um vácuo nos livros de História tradicionais. A narrativa se concentra na situação econômica da colônia e do Império com e sem a mão de obra escrava, e não versa sobre a *mão de obra* em si.

Negligenciar a cultura do negro é dar as costas para o povo que pôs em funcionamento a máquina econômica do Império que futuramente se tornou a atual República Federativa do Brasil e tornou possível a separação entre metrópole e colônia.

As mãos que colhiam cana e plantavam as sementes de café eram negras. Pertenciam aos negros os ombros que carregaram a economia brasileira nas costas durante anos a fio. Dar as costas à cultura do negro é ignorar uma parte fundamental da história nacional.

A lei nº 10639/03 surge como uma oportunidade de superar essa desvalorização da cultura afro-brasileira. A obrigatoriedade de inclusão no currículo da educação básica o estudo da história do povo negro e de sua cultura é fundamental para o entendimento da história e sociedade brasileiras como um todo. Não se pode dizer que conhece uma fórmula química sem saber sobre todos os elementos da composição; igualmente não é possível dizer que um aluno que termina o ensino médio conhece as bases história nacional sem que conheça um grupo que foi fundamental para a estruturação e independência da nação.

O preconceito racial no Brasil negavelmente existe. Praticamente ninguém se admite racista, mas a esmagadora maioria da população alega conhecer alguém que tem preconceitos sobre a cor da pele alheia. Surge a pergunta: onde estão estes racistas? A resposta é simples – estão em todos os nichos da sociedade brasileira, mas quase nunca abertamente racistas porque discriminação racial gritante e aberta é crime hediondo e inafiançável no Brasil.

A discriminação existente é velada, mas real. Isto é visível, por exemplo, no mercado da beleza. No Brasil, este é um segmento bastante lucrativo – em 2012, foram comercializadas 409 milhões de unidades de produtos cosméticos. Os tradicionais salões de beleza também são populares há décadas; nestes estabelecimentos, geralmente especializados em serviços capilares, os procedimentos mais procurados são os de clareamento e alisamento dos cabelos. Ter cabelo crespo é visto como uma coisa ruim, e os cabelos claros são símbolo de personalidade, estilo, poder, luxo e outros tantos adjetivos midiáticos. Basta folhear qualquer revista que fale sobre cabelos para comprovar de que o padrão vigente é o do cabelo liso, apesar deste tipo não corresponder ao da maioria da população brasileira. As pessoas, principalmente as mulheres, são estimuladas a procurarem cada vez mais um estado próximo ao da perfeição estética. Como o padrão de beleza é

calcado, dentre outros elementos, no cabelo liso e loiro e nos olhos azuis, acaba ocorrendo uma espécie de efeito branqueador na negritude brasileira: a maior parte da população nacional é composta por pessoas de cabelo escuro e enrolado, e é este público que mais procura por mudanças capilares.

Com o poderoso bombardeio do padrão de beleza, quem tem cabelo enrolado é incitado a alisar e quem tem cabelo escuro é estimulado a clarear, mascarando traços próprios da etnia negra. A expressão “cabelo ruim” é a prova cabal do preconceito que não se reduz só à pele escura: o termo se refere sempre ao cabelo extremamente crespo (também chamado de carapinha), tão característico da etnia negra, mas que devido à miscigenação do povo brasileiro, existe em pessoas com os mais diversos tons de pele, em diferentes formas. É um padrão europeu de beleza que desestimula os negros e afrodescendentes a valorizarem os próprios traços étnicos.

O preconceito também se esconde por baixo de piadas que, para quem conta e acha graça nelas, são apenas gracinhas inocentes, mas que na verdade mostram o quão aceito e protegido é na cultura brasileira o ato de ridicularizar ou subvalorizar o negro. Colocar um jovem branco à venda em um site de anúncios não é uma “brincadeira” tão engraçada quanto fazer o mesmo com um jovem negro. O racismo está também oculto sob a ignorância de quem sequer tem consciência de que é preconceituoso. “Não sou racista, tenho até amigos negros, mas acho que nunca conseguiria namorar um negro” é uma frase assustadoramente comum, e também outro sinal claro de que a segregação do negro ainda não foi superada na sociedade brasileira.

Proporcionar aos estudantes o conhecimento da história e cultura do povo negro é uma alternativa eficiente para desmistificar o negro ainda visto por muitos como elemento externo da sociedade e, conseqüentemente, promover um desenraizamento do preconceito cultural pela oportunidade de conhecer a história, contribuição e a importância do povo negro para a sociedade e cultura nacional. Entretanto, a obrigatoriedade do ensino da história dos negros por si só não é suficiente para extirpar o preconceito e integrar definitivamente o negro na sociedade brasileira. O antídoto desta desigualdade reside também em propiciar ao negro e ao pardo tradicionalmente marginalizados na sociedade bra-

sileira o acesso pleno às oportunidades de ensino, trabalho e integração social.

Cotas e igualdade cultural

Uma das maiores polêmicas dos últimos anos no Brasil foi a implantação de cotas de acesso ao ensino superior para autodeclarados negros e pardos. Ninguém se viu livre de comentar o assunto: tanto a nata intelectual e política que fazia análises minuciosas do assunto quanto as famílias de espectadores do *Jornal Nacional* que acompanharam a discussão comentaram o assunto e emitiram opiniões.

A maioria dos que se posicionam contra a implantação da política de cotas afirma que elas não são justas – a real desigualdade no Brasil é econômica e não racial, logo, as cotas raciais acabariam favorecendo pessoas que não necessitam delas e o problema da dificuldade de acesso ao ensino superior não seria resolvido. Outros ainda afirmam que as cotas são um tipo de racismo, já que faz diferenciação entre as etnias.

Um dos argumentos a favor das cotas é o de que esta política permitiria a equiparação econômica entre negros e brancos, já que o nível de escolarização é um dos determinantes da renda mensal dos cidadãos. Há também quem defenda uma espécie de compensação ética pelos anos de escravidão – as vagas na universidade seriam o pagamento de uma dívida com bases jurídicas. A ideia de compensação é antiga: em 1823, anos antes da abolição da escravidão, José Bonifácio propôs à Assembleia Constituinte um projeto de lei que abrandava o rigor escravista. De certa forma, a proposta criaria condições para uma integração do negro à sociedade, já não mais como escravo. As compensações propostas foram negadas pelos legisladores da época. Mesmo após a abolição, nada foi feito para preparar os libertos para a vida como cidadãos livres na primeira metade do século XX (VIEIRA JÚNIOR, 2007, p. 84-). Como já citado, não existe integração e igualdade entre os negros e brancos, e isso se deve principalmente a uma cultura de marginalização do negro que iniciou-se com o sistema escravista. Faz sentido afirmar que a desigualdade no Brasil é econômica e não racial, mas afirmar isso é ignorar que a discriminação racial e a marginalização do negro são algumas das razões da desigualdade econômica

abissal.

É importante que se registre que os danos recorrentes do preconceito racial e de práticas discriminatórias são suportados atualmente pelos negros. As causas são remotas, mas os danos são vivenciados cotidianamente pelos negros brasileiros. [...] Então, a discussão no meio jurídico sobre a responsabilização, pode ser assim resumida: durante a primeira metade do século passado, embalada pelo mito da convivência harmoniosa das raças, não havia o que se falar em discriminação, em danos e menos ainda em reparação.

(VIEIRA JÚNIOR, 2007, p. 84-)

A diferença de oportunidades para os dois grandes grupos populacionais brasileiros é uma das maiores (se não a principal) causas da desigualdade econômica. O problema é que a desigualdade entre negros e brancos não é apenas econômica – é, mais ainda, cultural.

Sob o ponto de vista econômico, as cotas são de fato eficientes. Facilitado o acesso ao ensino superior, os negros e pardos, em sua maioria nas camadas mais pobres da sociedade brasileira, têm a chance não só de obter uma qualificação que os fará ascender economicamente, como também permite a inclusão dos negros numa área que tradicionalmente é da população branca e abastada.

Os programas de acesso ao ensino superior – não só os que envolvem questões raciais – permitem a ascensão econômica e conseqüentemente social do cidadão. Cada vez mais jovens de baixa renda estão entrando em cursos universitários, coisa que é facilitada pelos programas tanto de ingresso quanto de financiamento. Para a classe média-baixa, já não é tão utópico conquistar um diploma universitário, apesar da estrutura elitizada do ensino superior brasileiro ainda tornar árdua a luta do pobre na faculdade.

No modo como o sistema econômico capitalista do Brasil funciona para aqueles que não nascem em famílias abastadas, o estudo é a forma mais plausível e certa de alcançar o nível salarial que garante um status econômico minimamente confortável. Facilitar o acesso dos mais pobres ao ensino superior é certamente um grande passo para superar a desigualdade econômica. Sob este ponto de vista, as cotas de acesso à universidade embasadas na renda dos candidatos parecem mais eficientes e justas, mas o fator cultural pesa a favor das cotas raciais.

Facilitar para o negro o acesso ao ensino superior é dar oportunidade aos afrodescendentes de conquistar algo que por anos a fio foi exclusivi-

dade da população branca e descendente de europeus. O processo de abolição malfeito que acabou por relegar ao negro as posições mais economicamente inferiores na sociedade brasileira também não deu a esta população as bases necessárias para que alcançasse altos níveis de instrução. Um curso universitário exige muito mais estrutura econômica do que capacidade intelectual. Muitas vezes, a faculdade exige que o aluno se dedique apenas ao estudo, mas para os estudantes economicamente desfavorecidos, deixar de trabalhar é inviável e isso o retira da disputa pelas vagas no ensino superior. Porém, se o aluno em questão vem de um local economicamente estruturado (leia-se pais ou responsáveis que tenham renda média ou alta) o curso universitário se torna mais viável, mas esse apoio não existirá se o aluno vier de um ambiente pobre e tiver necessidade de largar os estudos antes do tempo porque precisa trabalhar. Se a instrução dos pais é nula ou mínima e se a sina do aluno mais pobre é terminar o ensino médio (quando muito) e começar impreterivelmente a trabalhar, a criança filha de pais nestas condições já não é direcionada para fazer um curso superior simplesmente porque isso não faz parte de sua realidade. Desnecessário dizer que isto acontece muito mais na população negra e parda do que na branca.

Conclusão

No Brasil, a desigualdade racial não é tão palpável quanto, por exemplo, no *apartheid* sul-africano, onde os espaços geográficos (inclusive banheiros) para negros e brancos eram separados e eram proibidos casamentos e outras relações cívicas entre pessoas de raças distintas. Apesar de não haver separação formal, a conjuntura econômica e cultural priva o negro do acesso a determinados espaços e também da própria participação política na sociedade.

A existência das cotas e a facilitação de acesso do negro ao ensino superior é um grande passo em direção à destruição do que parece ser uma redundância para muitos: “preto pobre”. Elas são um grande instrumento de integração (e não de compensação) pela já citada importância de inserir o negro em ambientes tradicionalmente brancos, tendo isto como parte importante de uma tentativa de superar o *apartheid* econômico entre negros e

brancos. Seus efeitos a longo prazo tendem a aplacar as disparidades econômicas entre as raças, apesar de por si só não serem suficientes para sanar a desigualdade racial, já que mesmo facilitando o ingresso, não são suporte para que se consiga perseverar no curso universitário.

Tanto as cotas quanto a lei que preconiza o ensino da cultura afro-brasileira são fatores de suma importância para integrar de fato o negro à sociedade brasileira, e não deixá-lo à margem como acontece hoje. Não basta tomar consciência de que o negro existe, é necessário ver e conhecer de fato as origens históricas deste povo cuja cultura e história foram de suma importância para a construção da nação.

Através do ensino da história do negro, será possível mostrar que o preconceito racial aqui não faz sentido, sendo o Brasil um país de mestiços não só na cor da pele, mas também nos aspectos culturais que foram formados a partir de dezenas de outras culturas diferentes. A história do negro é também a história de todo brasileiro; que esta ligação seja afirmada pela igualdade de direitos práticos entre as raças, coisa que deve ser obrigatoriamente alcançada a longo prazo para que se possa alcançar a almejada democracia real no Brasil.

Referências bibliográficas

SOUZA, Elizenda Sobreira Carvalho de; ARAGÃO, Wilson Honorato. **Pensando as cotas raciais no vestibular das universidades públicas**. Revista Thema, Pelotas, v. 8, n. especial, p. 06-17, 2011.

VIEIRA JÚNIOR, Jorge A.. **Rumo ao Multiculturalismo: a adoção compulsória de ações afirmativas pelo Estado brasileiro como reparação dos danos atuais sofridos pela população negra**. In: SANTOS, Sales Augusto dos (Org). Coleção Educação Para Todos: Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas. Brasília: Ministério da Educação, 2005, p. 83-101.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Branquitude e Poder: a questão das cotas para negros**. In: SANTOS, Sales Augusto dos (Org). Coleção Educação Para Todos: Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas. Brasília: Ministério da Educação, 2005, p. 165-177.

IBGE. **Censo 2010: IBGE**. Disponível em <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em 10/10/2013.

Artigo 2º lugar:

Lei 10.639/03: o desconhecido vira obrigação

Bruno Nunes Kellermann*
Câmpus Pelotas

Resumo

O presente artigo tem como objetivo focalizar a lei 10639/03 como ferramenta poderosa para o conhecimento e reconhecimento, disseminação, divulgação da história e cultura afro-brasileira e discutir a importância do negro na formação da sociedade nacional e rio-grandense. A questão da formação do professor que irá trabalhar com esse conteúdo na escola. Promover uma escola sem racismo e preconceitos. Valorizar a sua contribuição no cotidiano já que a África é o berço de conhecimentos e boa parte da população brasileira é de etnia negra. Este artigo busca mostrar também a invisibilidade do negro dentro da sociedade, sendo muitas vezes discriminado e considerado um ser humano menos capaz do que os de pele branca.

Palavras-chave: Lei 10.639, Ambiente escolar, História e cultura afro-brasileira, Formação da cultura brasileira e rio-grandense.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo centrar la Ley 10639/03 como una poderosa herramienta para la comprensión y el reconocimiento, la difusión, la divulgación de la historia y la cultura afro-brasileña y discutir la importancia del negro en la formación de la sociedad nacional y Gaucha. La cuestión de los maestros que trabajarán con estos contenidos en la escuela. Generar una escuela sin racismo y los prejuicios. La valoración de su contribución en la vida cotidiana ya que África es la cuna del conocimiento y una buena parte de la población es de origen étnico negro. Este artículo anhela mostrar la invisibilidad de los negros en la sociedad y con frecuencia son discriminadas y se considera un ser humano menor que la de la piel blanca.

Palabras clave: Ley 10639, El ambiente escolar, Historia y cultura afro-brasileña, Cultura brasileña y Gaucha.

* Cursando Eletrotécnica 7º semestre – Instituto Federal Sul Rio-Grandense - Câmpus Pelotas

África, berço da humanidade?

Durante muitos anos havia dúvidas sobre o surgimento do ser humano na África. Hoje existe a convicção entre os cientistas de que a África foi o berço da humanidade, local onde iniciou a passagem do mundo animal para mundo da cultura por isso a importância de revalorizar a história da África. O historiador africano J. Ki- Zerbo afirma: “Até recentemente o que tínhamos era uma história deturpada pela ignorância e pelo preconceito, quando não pelo interesse. Todavia uma nova história da África não interessa apenas os africanos, pois ela permite uma revisão da própria história da humanidade. Ela é necessária para compreensão da história universal.”.

Os estudos sobre a África se multiplicam na atualidade e são realizados não só por historiadores africanos, mas também por historiadores norte-americanos e europeus. Contribuíram para esse processo de descolonização da África e o surgimento de numerosos Estados africanos independente e o surgimento de conceitos de negritude e de pan-africanismo como protagonismo negro nas lutas de independência da África.

Brasil – África: uma histórica conexão.

O Brasil foi o país que mais recebeu africanos na História. Também foi o último país a abolir a escravidão. Formou-se uma situação de exploração mesmo depois de abolida, a escravidão deixou marcas de exclusão econômica, social e política que tem reflexos ainda na sociedade brasileira.

Resgatar a história da África é tão significativo que o Brasil, país que possui a maior população negra do mundo fora do continente africano e lugar onde o preconceito racial, a discriminação e o racismo têm raízes profundas.

Uma nova dimensão da nossa História

O desconhecimento e o silêncio sobre o passado da história africana nos cursos universitários, nas escolas e até mesmo no tradicionalismo gaúcho são imensos. Temos que analisar que se os professores, os mestres e educadores não tem o conhecimento mínimo sobre o povo africano, de modo algum eles conseguirão passar algum conhecimento sobre o tema para o aluno. Embora esse conhecimento esteja presente no nosso cotidiano através das

palavras, da culinária, das danças, da música e do saber. Um exemplo desse desconhecimento é que os filósofos gregos estudaram com sábios africanos e que foram os primeiros plagiadores de suas ideias. Isso prova que quando desprezamos a cultura e o conhecimento africano estamos desprezando nosso próprio conhecimento.

Essa invisibilidade do negro na sociedade de um modo geral fez com que a república federal criasse a lei 10.639/2003 que torna obrigatório o ensino sobre a História e a Cultura Afro-Brasileira na escola. Apesar dessa lei, pouca coisa mudou em relação a discriminação, preconceitos e racismo. É necessário acabar com o estereótipo criado há quase de 500 anos, na época da escravidão. Sabemos o quanto é difícil acabar com essas marcas, pois é um processo histórico marcado com mais de 300 anos de escravidão. É necessário enxergar além da cor da pele, além do tipo de cabelo. Basta apenas olharmos com igualdade e respeito.

Acredito ser extremamente significativo focar na questão da contribuição negra no estado, pois sinto que a escola não enfoca esses aspectos, e essa mesma situação é percebida dentro dos Centros de Tradição e Cultura Gaúcha (CTG's) em sua quase totalidade.

É de extrema importância ressaltar a grande importância dos negros na Guerra dos Farrapos (1835), os chamados lanceiros negros lutaram ao lado dos farroupilhas contra os imperiais. Mesmo lutando juntamente com os farroupilhas, foram enganados por eles e acabaram sendo brutalmente massacrados na batalha chamada Guerra dos Porongos.

Ao analisarmos de um modo genérico algum elemento da cultura rio-grandense logo percebemos a grande contribuição dos povos africanos para a formação da cultura desse estado. Algumas características marcantes na influência musical como o sopapo, instrumento inserido no Rio Grande do Sul por volta de 1840 tendo inclusive sido produzido um documentário chama do “o grande tambor” gravado aqui na cidade de Pelotas, com Mestre Batista, Giba Giba e outros percussionistas importantes. E que essa produção e outras possivelmente não tenham estado em nenhuma sala de aula, e sejam até mesmo desconhecidas por muitos professores até mesmo da disciplina de

História.

Na dança através de movimentos leves e todos cheios de ginga, exaltando muitas vezes a religiosidade presente no povo africano. A Vanera é um dos ritmos mais apreciados nos bailes gaúchos, e é de origem afro latino-americana. Na medicina por meio de curas de doenças utilizando ervas medicinais. Na culinária, que hoje são pratos típicos do estado e do Brasil como a feijoada, a canjica, etc. Esses são alguns assuntos enfatizados na escola, quando a escola dá alguma visibilidade pra cultura negra é referindo-se a esses aspectos como o vocabulário, a culinária, as danças, a capoeira.

Neste sentido, o professor desempenhará um papel essencial no processo de formação social dos estudantes, pois enquanto mediador do conhecimento deve agir na tentativa de procurar estimular os alunos a conhecer, refletir e divulgar a importância do negro e da sua cultura na nossa sociedade.

Ainda que a escola deva se comprometer com essa mudança de olhar sobre questão do negro as mídias obrigatoriamente necessitariam passar por mudanças porque na maioria das vezes a forma como a mídia mostra as pessoas negras, as suas atitudes e a sua cultura elas prestam um des-serviço a construção de uma sociedade sem racismo e discriminações.

Sabemos que muitas formas de iniciativas nas escolas acontecem de forma isolada ou esporádica, assumidas por algum professor ou um grupo de educadores. Para que o quadro seja alterado e tais projetos sejam permanentes e ganhem raízes no cotidiano são necessários planejamentos coletivos e ações interdisciplinares. Trata-se de um trabalho que mobilize toda a comunidade escolar. Isso faz com que os alunos construam sua identidade, que não se sintam mais inferiores, que não tenham vergonha, raiva e que possam enxergar os colegas e as pessoas sem preconceitos ou estereótipos.

Consequentemente, isso diminuirá a Perpetuação de ideologias racistas, a formação de indivíduos racistas, a violência no espaço escolar e a permanência das desigualdades raciais.

Conclusão

Após as inúmeras leituras que fiz a respeito da trajetória dos negros no Brasil e da história afro-

brasileira pude concluir que a escola ocupa uma posição muito importante na superação de opiniões preconceituosas e discriminatórias sobre os negros que a escola pode também contribuir para o fim do racismo, estimulando, incentivando os alunos a não praticarem esses comportamentos que não vão de encontro com a solidariedade e com a amizade. No meu ver os professores deveriam também possuir uma formação independente de alguma área específica, de cultura afro-brasileira para que pudessem ter diálogos com os alunos sobre assuntos como discriminação e preconceito conhecendo as crenças e costumes afro-brasileiros, pois toda essa ideia de preconceito e racismo é passada de pai pra filho até mesmo nas mínimas atitudes, e garanto que se existisse essa conversa em sala de aula com certeza muitos seriam conscientizados de que todas essas formas de discriminar o outro indivíduo somente porque ele é mais escuro seriam deixadas de lado.

É importante destacar que os egípcios na África eram uma sociedade de altíssimo nível cultural e social, onde desenvolveram a escrita e a medicina avançada (mumificação, embalsamento e cirurgia) que já era aplicada cerca de 3.000 anos A.C., a astronomia na qual já se conhecia as luas de Júpiter, os anéis de saturno e a espiral da via láctea. Sabiam que a lua era inabitada e refletida pela luz do sol a noite. Além disso, está comprovado que quase todo o conhecimento científico, religioso e filosófico da Grécia Antiga teve origem no Egito. Vários filósofos da época estudaram com os sábios africanos. Destacaram-se na arquitetura ao criarem as pirâmides, criação com alto nível de complexabilidade, com a ajuda da matemática avançada que possuíam, e ainda se destacavam na metalurgia onde fornos chegavam a mais de 300 °C.

Não podemos dizer em nenhum momento que os africanos são menos que nenhum outro povo só porque foram escravizados. Temos que pensar que as condições não eram favoráveis porque o modo de vida era tribal e tribos disputavam entre si os territórios, e levando em conta isso os europeus interviam e impuseram a escravidão de modo que certa tribo conseguisse homens de outras tribos pegos em batalhas e trocassem por armas com os brancos. Essa troca foi o grande marco que causou a escravidão. Se pensássemos que a África toda era

um Estado unificado, com certeza seria muito difícil que isso fosse acontecer.

Ao desprezarmos a cultura africana e a história de seus povos, estamos desprezando o nosso próprio conhecimento, já que a África foi realmente o berço da humanidade.

Embora a lei 10.639 de 9 de Janeiro de 2003 estabeleça obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro brasileira na escola, e surgira também o estudo da História da África, os conteúdos deveriam ser ministrados em todas as disciplinas e não apenas em Literatura, Educação Artística e História Brasileira. Se todas as disciplinas se comprometessem esse mito da democracia racial elas veriam que não existe nada de democracia racial, e que sim, que as pessoas dependendo da cor são tratadas de modo diferente, ou seja, que há uma desigualdade racial muito grande no Brasil. Ela “mexe” com a renda da população negra, que é bastante inferior a dos brancos, e que terá uma relação direta com um local das moradias, e também terá uma direta relação com a falta de saúde com a população negra, que sofre de doenças como: Hipertensão, diabetes, anemia falciforme, histerectomia, câncer de próstata e ainda aquelas decorrentes das condições do meio em que vivem.

No Brasil os negros e pardos compõem 51,1% da população, e no ensino superior os brancos são mais que o dobro dos negros. O índice de analfabetismo também é alto: 13,1% para os negros e para os brancos 5,4%. Os rendimentos médios mensais dos brancos (R\$ 1.538) enquanto que dos negros é bem mais abaixo (R\$ 834).

Tudo isso é reflexo do passado injusto que o negro teve. Além de servir de mão de obra gratuita quando foi libertado ficou sem muitos direitos e ainda era muito discriminado na sociedade, onde não conseguiam empregos, não podiam ir ao médico, não tinham direito de estudar, etc. Até se reafirmarem demorou longos anos, e por isso e pelo alto racismo que existe até hoje a vida do negro é ainda inferior a do branco. Esse quadro só irá mudar se as pessoas mudarem. Nós não podemos mais cultivar aquela piadinha do negro que era tão escuro. Nós não podemos chamar um negro de macaco porque macaco é um animal. Nós temos que parar de ver o negro como um estrangeiro, e ver que eles são a maior raça brasileira. Chega de dizer que

o cabelo do branco é liso e é bom, enquanto que o do negro é escuro e ruim, pois cada um tem um cabelo diferente do outro.

A sociedade precisa entender que é nas diferenças que encontramos igualdade. Se eu sou escuro, porque eu sou pior? Por que ele tem que ser mais privilegiado que eu que sou negra? Por quê? O preconceito tem que acabar de uma forma definitiva. Essa batalha até pode ser longa e duradoura, mas temos que começar ela já.

Anexos

A presença africana na região sul é muito marcante, especialmente em Pelotas, cidade que se formou economicamente a partir das charqueadas, ou seja, nesta cidade como no restante do Brasil o negro era escravo. O cotidiano dos negros em Pelotas e no Rio Grande do Sul foram registrados em danças e coreografias em Centros Tradicionalistas de cultura Gaúcha (CTG's) dessa cidade como o CTG Cel. Thomaz Luiz Osório e o CTG Carreiros do Sul do IFSul campus Pelotas – no qual tive a honra de participar dessa homenagem aos lanceiros negros, grandes protagonistas da Guerra dos Farrapos.

Enquanto os leões não tiverem seus próprios historiadores, histórias de caça continuarão a glorificar os caçadores.

Provérbio Africano

Bibliografia

LESSA, Luis Carlos Barbosa. **Nativismo: um fenômeno social gaúcho**. Porto Alegre, Editora da Cidade. 2ª edição 2008.

KELLERMANN, Bruno Nunes/ AZEVEDO, Gabriela Garcia. **Brasil – África: conexão histórica**. Trabalho apresentado na disciplina História IV – curso Eletrotécnica IFSul Campus Pelotas. Janeiro de 2012.

<http://www.ileel.ufu.br/anaisdosilel/pt/arquivos/silel2011/237.pdf><http://www.slideshare.net/BPJ-CA/entre-o-que-diz-a-lei-10639-03-e-as-novas-praticas-escolares-um-estudo-de-caso-em-uma-escola-de-serrinha-ba>

http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:EKmb8bCLXfMJ:www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/_files/ZmbOiBiP.doc+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br

Indicadores da Qualidade na Educação: Relações Raciais na Escola / Ação Educativa, Unicef, SEPPPIR, MEC (Denise Carreira e Ana Lúcia Silva Souza) – São Paulo: Ação Educativa, 2013, 1ª edição.

Modos de fazer: caderno de atividades, saberes e fazeres / [organização Ana Paula Brandão] – Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2010. Il. (A Cor da Cultura vol. 4)

Saberes e Fazeres v.1 : modos de ver / coordenação do projeto Ana Paula Brandão. – Rio de Janeiro: Fundação Robreto Marinho, 2006. 116p. : il. Color. – (A Cor da Cultura)

Caderno de textos: **A Cor da Cultura Estatuto da Igualdade Racial**. Lei nº12.288 de 20 de julho de 2010. Presidência da República SEPPPIR/PR – Brasília, 2011.

COUTO, Matheus de Oliveira. **A pia e a cruz: demografia dos trabalhadores escravizados em Herval e Pelotas (1840-1859)**. Editora Universidade de Passo Fundo 2011. Coleção Malungo.

Artigo 3º Lugar:

Lei 10.639/2003

Rosimeri Gonçalves Ferreira*
Câmpus Pelotas - Visconde da Graça

Resumo

Este trabalho resgata a memória da cultura africana e seus descendentes. Mesmo o negro escravizado quando criança trouxe na sua essência o conhecimento e sensibilidade, adquirida com sua família e vizinhos. Neste contexto a Lei 10639/2003, introduz a obrigatoriedade do estudo da cultura africana no ensino fundamental e médio. Este trabalho tem como objetivo mostrar que a escola deve ser a responsável por quebrar estereótipos existente em nossa sociedade, que causam preconceito e racismo.

Palavras-chave: Cultura africana, lei 10.639/2003, racismo.

Abstract

This paper recalls the memory of african culture and their descendants. Even the black enslaved as a child brought in essence the knowledge and sensitivity, gained from his family and neighbors. In this context the Law 10639/2003 introduce the compulsory study of african culture in elementary and secondary education. This work aims to show that the school should be responsible for breaking existing stereotypes that induce prejudice and racism in our society.

Keywords: African culture, law 10.639/2003, racism

* Acadêmica do Curso Técnico em Contabilidade, modalidade Ensino a distância – Instituto Federal Sul-rio-grandense, Câmpus Pelotas-Visconde da Graça.

Introdução

Com a vinda da mão de obra escravizada do Continente Africano para o Brasil, o território brasileiro foi povoado com uma enorme variedade de raças, que tinham religiões, habilidades, falavam outras línguas e se organizavam de várias maneiras na sociedade.

O negro escravizado quando criança trouxe na sua essência o conhecimento e a sensibilidade adquiridos com suas famílias e vizinhos. Esse legado foi transmitido pela educação e pelo cotidiano. As tradições e hábitos particulares não se perderam, apesar da distância de seus familiares e de sua cultura.

Aspectos como esses diferem o povo brasileiro de outros povos, nossa miscigenação se deu com a mistura de brancos europeus, negros africanos e indígenas nativos. Somos um povo de cultura mestiça. Somos um produto resultante de várias origens, com predominância do povo africano por ter sido a principal força de trabalho por mais de trezentos anos.

Outro aspecto que nos diferencia dos demais povos é o aspecto físico adquirido por essa mistura de raças, nem mesmo a tentativa de branqueamento foi capaz de tirar os traços da raça negra de nossa população. Inclusive a maneira de falar português do brasileiro se transformou com as pronúncias e gramáticas africanas.

A mestiçagem, até o início do século XX, era vista pelo olhar da biologia e considerada como um atraso para o país, pois a classe dominante era a raça branca que alegava ter chegado mais longe na evolução da humanidade. Com o passar dos anos, além dos fatores biológicos, outros fatores começaram a ser considerados como aspectos culturais, assim, contribuições africanas foram aceitas pela sociedade. Não se pode negar os traços de africanidade encontrados na maioria dos brasileiros.

Outro ponto importante que deve ser salientado é a religiosidade dos povos negros. Concepções erradas, frutos de ideias negativas a respeito da Umbanda e Candomblé, foram construídas ao longo da história do povo negro no Brasil. O racismo sofrido pelas religiões Africanas, também, é consequência da ideologia do branqueamento, ideias apoiadas na visão europeia, na qual o negro e o índio eram

considerados raças inferiores.

O que diz a lei 10.639/2003

Vários são os movimentos negros que defendem a implantação de ações de reconhecimento e aceitação da cultura negra no Brasil. Parto do princípio que a cultura negra já está engajada em nosso cotidiano - não precisaríamos de lei para nos obrigar a aceitar o que culturalmente já existe. Mas, a lei 10.639/2003, sancionada pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva em 2003, torna obrigatório o estudo da História e cultura Afro-Brasileira, tanto no Ensino Fundamental como no ensino médio, independente de ser escola pública ou privada. A Lei 10.639/2003 altera a lei 9.394 de 1996, incluindo os artigos 26-A, 79-A e 79-B. No Art. 26-A, § 1º "Inclui no conteúdo programático o estudo da História da África e dos Africanos, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição para a sociedade do negro no Brasil. Consta, no segundo parágrafo, que esses temas deverão ser estudados no âmbito de todo o currículo escolar, com atenção especial nas áreas de educação artística, literatura e história Brasileiras". O Art. 79-B inclui no calendário escolar o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra. Portanto, essa lei deve ser entendida pela sociedade como sendo uma política pública, que busca reparar as dificuldades e perdas dessa cultura.

Para Gallardo (2004), a escola possui a tarefa de transmitir a memória cultural e os valores produzidos historicamente pelo ser humano no contato com a natureza e nas relações sociais. Sendo assim, a escola é a responsável por alterar esse longo caminho a ser percorrido para se alcançar o reconhecimento da cultura e da igualdade de valores, modificando seus planos pedagógicos e alterando as relações dentro do ambiente escolar.

Coelho (2006) relata que "... a formação docente é deficiente em relação à questão racial, porque ela se esquia de assumir-se como um processo de formação profissional". Neste contexto, o papel das universidades é definido na Resolução nº 01, de 17 de junho de 2004, CNE/CP (Brasil / 2004), que diz em seu art. 1º § 1º "As instituições de Ensino Superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram a educação das Relações Étnico-Raciais, bem como

o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afro-descendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP 3/2004, bem como em seu art. 2º § 2º que fala “O ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem por objetivo o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias, asiáticas.” Pensando assim, percebemos que também as universidades estão interligadas nesse movimento, pois é a partir das alterações feitas, em seus currículos vinculados a este Parecer, que os professores já se graduarão com esse conhecimento necessário e obrigatório por lei. Sendo o professor o mediador do conhecimento, responsável pela formação de cidadãos, poderá estimular o conhecimento de suas culturas e valorizar as diferenças, promovendo o diálogo e o intercâmbio entre as diferenças existentes.

O caminho à igualdade, segundo a lei 12.288/10

A regra da igualdade não consiste senão em quinhão desigualdade aos desiguais, na medida em que se desiguam. Nesta desigualdade social, proporcionada à desigualdade natural, é que se acha a verdadeira lei da igualdade... Tratar com desigualdade a iguais, ou a desiguais com igualdade, seria desigualdade flagrante, e não igualdade real (BARBOSA, 1980, p. 55).

Sabemos que a igualdade entre todos os indivíduos de uma sociedade é uma meta imaginável, pois as diferenças econômica, social e cultural existem mas, a conquista pela igualdade, por oportunidades deve ser perseguida por todos os seres.

Pela história da humanidade que conhecemos sempre que os mais fortes e poderosos utilizaram-se de formas para chegar aos comandos de um determinado grupo, exploraram os mais fracos e tentaram se garantir em posição privilegiada. Assim, como os menos privilegiados tentaram reverter esta situação de maneira a se tornar dominantes. Essa história demonstra a dominação entre as classes sociais. Mesmo no mundo atual, as desigualdades entre ricos e pobres têm aumentado imensamente.

Mas, devemos pensar em superar estes problemas, extinguir estes preconceitos que ligam a raça

negra e mestiça, ao nosso passado, em que eram consideradas raças inferiores e primitivas.

O Estatuto da Igualdade Racial, Lei 12.288/10, garante em seu Art. 1º à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais e coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica. No seu capítulo II Art. 11, também, fala do estudo obrigatório da história geral da África e da população negra no Brasil. Leis que juntas têm o poder de, mesmo por obrigatoriedade, transformar com a ajuda dos professores nossa sociedade.

Na Constituição da República Federativa do Brasil, já estabelecia desde sua promulgação em 05 de outubro de 1988, no Art. 5º consta que: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos seguintes termos:

§ “XLII - A prática de racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei”.

Somente vinte e dois anos após a promulgação da constituição o Congresso Nacional decreta e sanciona o Estatuto da Igualdade Racial, na tentativa de amenizar as desigualdades de gênero e raça, e fortalecer a identidade nacional brasileira.

Plano Nacional de implantação da Lei 10.639/2003

Foi criado no ano de 2009, o Plano Nacional de implantação da Lei 10.639/2003, pela Sub-Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas em parceria com o Ministério da Educação. O plano estabelece metas e estratégias para a implantação da Lei, o documento esclarece as responsabilidades dos poderes executivos, legislativos e conselhos municipais, estaduais e federais nesse processo, bem como trabalha com três principais ações: quais sejam, formação de professores, produção de material didático e sensibilização de gestores da educação.

Desafios para a implantação da Lei 10.639/2003

São vários os desafios que podemos destacar para a implantação da lei, mas a maioria das experiências que tratam dos conflitos raciais e a lei em

destaque se restringem a iniciativas isoladas de alguns professores ou projetos de algumas escolas.

Mesmo com o Plano Nacional, com política e programas de formação, não são suficientes para o enraizamento do tema na escola, deixando legado somente para alguns profissionais. O processo de sensibilização deve atingir a todos, em um processo de formação de profissionais que possa repercutir no cotidiano das escolas.

Neste contexto, experiências desenvolvidas nas escolas e políticas públicas municipais, estaduais e federais devem ser desenvolvidas juntas para atingir um único objetivo.

Conclusão

Sendo este um artigo de revisão bibliográfica, conclui-se que apesar das leis 10.639/2003 e da 12.288/2010, as ações efetivas ainda são pequenas, frente ao que se espera de mudanças no cotidiano das escolas, no que se refere à mudança de preconceitos e aceitação da cultura negra efetivamente na cultura brasileira.

A valorização da cultura negra depende do aperfeiçoamento de nossas escolas, das nossas faculdades, no que se refere ao currículo ministrado em sala de aula. Uma sociedade que luta por seus direitos deve ser ouvida e entendida. Por isso, a criação da Lei 10.639, introduz o conhecimento para alunos, pois eles serão a sociedade de amanhã. É na escola que se constrói o conhecimento, se deruba as barreiras de preconceitos e discriminação, pois a escola reúne ferramentas que podem criar as mudanças necessárias para nossa sociedade, propiciando igualdade e desconstruindo estereótipos de que afros descendentes têm como único atributo a história escrava e dominada. Por outro lado, a implantação dessa lei depende mais que a atuação dos professores na sala de aula, precisa de uma nova política educacional que parta do Ministério da Educação em conjunto com a sociedade, direcionado ao combate do preconceito e do racismo, e ao mesmo tempo tenha a valorização da educação das relações étnico-raciais.

Referências

BARBOSA, R. **Oração aos moços**. Rio de Janeiro: Tecnoprint S.A., 1980. p.55.

COELHO, W.N.B. **A cor Ausente: um estudo**

sobre a presença do negro na formação de professores no Estado do Pará, 1970-1989. Belo Horizonte: Mazza; Belem: UNAMA, 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GALLARDO, J.S.P. **Educação Física: Contribuições à formação profissional**. 4. ed. Ijuí: Unijui, 2004.

HERNANDEZ, L.L. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea**. São Paulo: Selo Negro, 2005.

SOUZA, A.; CROSO, C. **Igualdade das relações étnico-raciais na escola: Possibilidades e desafios para a implementação da lei 10639/2003**. São Paulo: Petrópolis: Ação Educativa, CEAFFRO e CEERT, 2007.

BEZERRA, RCF. **Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004**. Conselho Nacional de Educação, Conselho Pleno. Disponível em: <<http://www.prograd.ufba.br/arquivos/CPC/reso12004.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2013.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, CASA CIVIL, SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm>. Acesso em: 15 out. 2013.

PENSADOR. **Igualdade social**. Disponível em: <http://pensador.uol.com.br/igualdade_social/>. Acesso em: 15 out. 2013.

Redação 1º Lugar:

A legitimação da igualdade

Bruno Guilhermano Fernandes
Câmpus Sapucaia do Sul

Antes do surgimento da lei 10.639/03, o ensino da temática afro-brasileira nas escolas era realizado de maneira superficial, sem as considerações necessárias. Diferentemente de impor os aprendizados tradicionais, etnocêntricos e legitimados pela cultura dominante, a legislação que vigora motiva a realização de debates críticos e de ações progressistas no Brasil. Ao incentivar análises históricas e culturais, em um país fortemente marcado por divisões sociais, ultrapassa os limites dos ambientes escolares. A obrigatoriedade é necessária e transformadora. Se bem efetivada, assume um papel revolucionário por desmistificar as exclusões históricas, expor o contraste étnico e apresentar a relevância da diversidade cultural. Oportuniza-nos redescobrir algumas imposições culturais, políticas e sociais que são presenciadas e silenciadas no processo de formação da sociedade nacional.

Quando analisamos a história e a cultura do povo afro-brasileiro verificamos a existência de muitos contrastes. São diferenças caracterizadas pela oposição entre os elementos culturais impostos por colonizadores e aqueles da vida, e da luta diária, das minorias invisíveis. Basta revelarmos criticamente o passado para visualizarmos a trajetória dos muitos afro-brasileiros que foram transformados em mercadorias traficáveis, depois em máquinas humanas para o trabalho escravo. Em contraponto, no momento atual, quando contamos com uma educação que desvela estas assimetrias históricas, libertamos mentalidades fechadas e passivas diante de tais acontecimentos. Além disso, a análise mais detalhada da história explica a existência da diversidade de manifestações culturais de agora. Possibilita-nos, desta forma, compreender as influências das expressões afro-brasileiras no nosso patrimônio cultural. A partir disso, conseguimos reconhecer a importância da diversidade cultural que,

quando revelada, define respeito e aceitação.

A lei 10.639/03 pretende influenciar nossas ações para revertermos um quadro que vem favorecendo e reforçando o etnocentrismo. Algo fundamental, principalmente perante uma sociedade que é acostumada a reproduzir desigualdades e a naturalizar exclusões. Ao tratarmos de temáticas que são silenciadas por muitas instituições sociais, é possível, através do contexto escolar, rompermos com um quadro cultural que perpetua a discriminação e a segregação social. Diante de tais motivações, a lei possui um enorme peso político e social, por trazer a tona o debate sobre as imposições, os preconceitos e as distinções étnico-raciais. Assim, justificamos a necessidade de resgatarmos a essência da memória coletiva para construirmos uma nova narrativa, com protagonistas distintos e vozes outrora silenciadas.

Ao longo dos tempos, passaremos a não mais ser educados apenas com o olhar dominante. A lei que está em vigência desde o ano de 2003 já é um grande avanço diante de um passado desumano e violento. Ainda há muito a ser feito e, aos poucos, os acréscimos deverão ser realizados. Complementando ao estudo da história e da cultura afro-brasileira, a instituição escolar cumprirá um papel pleno e eficaz pela busca da igualdade, também, através da legitimação de outros mecanismos. A promoção do Estatuto da Igualdade Racial dentro dos seus ambientes é uma grande proposta. Uma lei especial deve ter peso prático. Está na hora de aproveitarmos os instrumentos legais dispostos para ampliarmos ainda mais as visões dos brasileiros, reeducando mentes e renovando atitudes. O ambiente escolar é o espaço ideal e promissor na busca por mais equidade, esclarecimento e maior liberdade de expressão.

Redação 2º Lugar:

A reapresentação de nossa história

Felipe Eduardo Dragon Cassel
Câmpus Sapucaia do Sul

Com a aprovação da lei 10.639/2003, iniciou nos ambientes escolares a adoção de medidas didáticas que, em sua maioria, transformavam a maneira de trabalhar a história dos povos afro e afro-brasileiro na sala de aula. No passado, a história do povo negro no Brasil era contada da seguinte e resumida forma: “O povo negro foi retirado de seu continente, trazido as nossas terras, escravizado, torturado, humilhado, após isto, foi libertado e, hoje, em sua grande parte constitui o estrato social mais inferior do Brasil.” Muito raramente, as entrelinhas desta história eram realmente analisadas, ou seja, quase nunca obtinha-se uma visão aprofundada do povo afro e seus descendentes e assim não se chegava nem ao menos perto de compreender a complexidade que envolve esta etnia; citava-se a situação desconfortável a qual grande parte dos negros ocupa na sociedade atual, porém ignorava-se os movimentos e as ações realizadas por este povo que visavam fortalecer figura do negro, formando-o um indivíduo digno de respeito dentro da sociedade; um exemplo claro destas movimentações em prol da valorização negra é a Frente Negra Brasileira.

De certa forma, creio que nos era construída uma “visão branca do negro” de modo que (às vezes, até mesmo inconscientemente) criávamos estereótipos em relação ao negro e sua cultura. Percebamos que criamos a “boa” e a “má” cultura negra: a “boa cultura” chegamos a adotar como símbolos nacionais, exemplos disso são: na culinária, a feijoada; naquilo que diz respeito às festas populares: o carnaval (que, apesar de haver quem desaprove, ainda possui colossal relevância no cenário cultural brasileiro). Porém, criou-se também o lado “ruim” da cultura afro (brasileira), um exemplo disto é a religião, enquanto o carnaval é splendidamente aceito, a religião negra é alvo de preconceito, ga-

nhando até mesmo nomes pejorativos. Chega a ser paradoxal a ideia da maior parte dos brasileiros afirmar-se católica, ou seja, direcionar sua crença a uma religião que fora criada fora de suas fronteiras e despejar sobre os membros da Umbanda tamanha carga de preconceito - uma vez que esta última foi a primeira religião criada no Brasil - com alicerces africanos.

A partir destas situações anteriormente citadas, é possível repensar nossos conceitos de preconceito; ou será que podemos negar que, nos tempos anteriores a lei 10.639/2003, quando o professor mostrava os castigos físicos sofridos pelos negros e não citava a Revolta da Chibata (ou qualquer outra ação que evidencie a luta dos negros por justiça e igualdade) ele não estava dando uma ideia de conformismo, uma falta de ação por parte dos negros em relação a sua situação? A meu ver, é inútil trazer em pauta apenas o sofrimento do povo afro-brasileiro e olvidar-se das partes mais importantes: a luta, a resistência, os movimentos criados. Concluí-se que é elementarmente nisto que reside a primordial importância da Lei 10.639/2003, na evidênciação, não apenas da visão de um negro escravizado, empobrecido, mas sim da análise do passado deste povo, considerando as barreiras por ele enfrentadas, os fatores que o colocaram em sua posição atual, e - talvez o mais importante - evidenciar a contribuição do povo africano para que o Brasil tenha tornado-se o que é.

O preconceito - gerado pela ignorância, pela falta de saber acerca do povo afro - será, então, quebrado através da maior forma de libertação dos humanos: o conhecimento.

Redação 3º lugar:**O Brasil está mudando, e os nossos (pré) conceitos?**

Maria Vitória Cliarelli Bourscheid
Câmpus Pelotas

O ano de 2013 foi marcado por grandes protestos, muitos dos quais acabaram por ser capas de jornais, temas polêmicos na Internet e alvo de grandes reportagens na TV. O povo tem cada vez mais saído às ruas exigindo melhorias, porém poucas manifestações se identificaram com a luta pela igualdade racial. Aliás, quase nem se falou sobre isso. O preconceito que existe hoje é evidente no nosso dia a dia, e a comunidade negra, que carrega essa bagagem desde a época da escravidão, continua sendo o grupo étnico mais afetado do Brasil.

Mas como combater esse julgamento errado, principalmente, quando se vive em uma sociedade construída em volta do racismo, na qual se acreditava e ainda se acredita que a cor da pele influencia no intelecto do indivíduo? A resposta parece ser óbvia. Com o conhecimento, é claro. Como devemos esperar o não preconceito quando não se tem contato com o próprio conceito? É neste momento que a inserção da Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatório o estudo da cultura e história afro-brasileira nas escolas, começa a ter um relevante papel no desenvolvimento social do Brasil. O objetivo é, justamente, este levar o conhecimento àqueles que estão em processo de formação de opinião e, assim, quebrar com os estereótipos que nunca tiveram base científica, somente intolerância à diversidade humana.

Outro fator que merece ser ressaltado é o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010), que abrange uma série de direitos e deveres a serem cumpridos por todos os brasileiros. Esse documento tem como propósito corrigir as consequências da discriminação e exclusão social entre as diversas etnias, herança deixada por um passado repleto de atos desumanos, visando somente ao lucro de alguns. E é por essas e outras que, hoje, a imagem do negro é, muitas vezes, vinculada com à pobreza, já

que o preconceito imposto na sociedade desfavorece o seu desenvolvimento social econômico.

As leis citadas acima foram grandes conquistas, apesar de muitos ousarem dizer que não mudam nada, que são apenas alguns papéis. Não vou negar, muitas vezes, a transformação é quase imperceptível, mas muitas mudanças não ocorrem rapidamente. O fato de estarem na lei e presentes no nosso cotidiano é o que as fazem tão importantes, porque aos poucos, suas ideias vão sendo assimiladas e os nossos velhos princípios, alterados.

Ainda que os avanços da atualidade, quando comparados aos dos tempos antigos, sejam sensíveis, há muito caminho pela frente. Conseguimos passar do ponto no qual, nas eleições, negros não podiam votar, para a possibilidade de eles serem os próprios candidatos. Temos personagens e comunidades afrodescendentes que mudaram a história brasileira e que hoje são reconhecidos como grandes revolucionários. Mas o país de igualdade étnica que tanto almejamos, ainda está por vir.

Redação 4º Lugar:**Religião é cultura**

Thales Wiliam Borges Lindenmeyer
Câmpus Charqueadas

Tradicionalmente, as culturas, que são conjuntos de ideias, valores e costumes de determinadas sociedades são estudadas nas escolas brasileiras. Dentro dessas culturas, as mais tradicionalmente abordadas nas matérias de História, Sociologia e Português, são as de origem branca e europeia - como, por exemplo, as culturas grega e inglesa. O estudo das origens africanas da cultura brasileira, tema que antes era ministrado de acordo com a vontade de alguns professores, tornou-se obrigatório para todas as instituições de ensino com a lei 10.639/03. No entanto, não se discute na escola a religião, parte importante de qualquer cultura, que fundamenta certos valores e atitudes. Assim sendo, ao estudar cultura afro-brasileira, o aluno também deveria aprender sobre as religiões dessa parcela fundamental da sociedade do país. Infelizmente, não é o que acontece, e o reflexo disto é o preconceito que perpetua até os dias de hoje em torno dessas crenças.

A formação da religião Umbanda aconteceu por meio de mesclas entre crenças católicas, indígenas e africanas. Por conta da grande opressão social que as duas últimas sofriam, os devotos acabaram criando uma estratégia para “disfarçar” suas crenças, de maneira a deixa-las um pouco mais “semelhantes” ao catolicismo. Um exemplo desse sincretismo é a fusão entre deidades da Umbanda com santos católicos. Os membros das religiões afro-brasileiras, em sua maioria escravos e seus descendentes, com receio de repressão das elites cristãs, acabaram, assim, preferindo chamar Iemanjá, Oxossi e Exu de Nossa Senhora dos Navegantes, São Sebastião e Santo Antônio, respectivamente. Nos dias de hoje, contudo, a pressão social ainda existe, tanto que, em casos extremos, acaba gerando a visível intolerância religiosa.

Em 2007 foi aprovada a lei que torna o dia 21 de janeiro como o Dia de Combate à Intolerância

Religiosa. Este dia é em homenagem à mãe de santo Gildásia dos Santos e Santos, que morreu vítima de um ataque cardíaco após ver fotos de seu terreiro associadas a charlatanismo em um jornal de uma igreja neopentecostal. Atualmente, mesmo com a lei em vigor, os ataques de cristãos a centros espirituais africanos ainda são frequentes, mesmo que não noticiados. A ótica cristã, majoritária na sociedade brasileira, acabou, com o passar dos anos, marginalizando a crença africana e seus rituais estranhos ao catolicismo, como despachos em encruzilhadas e sacrifícios de animais. O argumento usado pelos cristãos de hoje é o mesmo usado durante a Idade Média: segundo os líderes religiosos, as crenças africanas faziam apologia ao inimigo de Cristo causando assim certo “medo” aos seguidores do cristianismo, gerando assim intolerância. Atualmente este pensamento arcaico não é mais assumido por líderes, mas ainda é refletido por parte dos fiéis brasileiros. Sendo religião uma parte importante da cultura, a intolerância as religiões afro-brasileiras é também intolerância a cultura herdada da África e, nesse sentido, racismo. E não podemos esquecer que, em parte, o racismo, como outras formas de preconceito, se funda sobre a ignorância e a falta de informação.

Uma das respostas é a educação, e a lei 10.639/2003 é um grande passo contra o preconceito social, étnico e cultural que afro-brasileiros vêm sofrendo desde a formação do país. A melhor forma de conscientizar a população sobre as diferenças é ensina-las sobre a pluralidade da sociedade. Ensinar a cultura afro-brasileira é também ensinar suas concepções religiosas, para que assim este “medo” do desconhecido seja superado.

Redação 5º lugar:

Por onde começa a igualdade

Angela Letícia Oliveira Biesuz
Câmpus Charqueadas

Segundo a Lei 10.639, de janeiro de 2003, tornar-se-ia obrigatório o estudo e ensino da História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas oficiais e particulares de ensino médio e fundamental do país. A Lei também inclui o estudo da luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira, o negro na formação da sociedade nacional e sua respectiva colaboração na mesma, além de acrescentar no calendário escolar o dia vinte de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra.

Em janeiro deste ano a Lei completou dez anos em vigor, uma quantidade de tempo considerável. Mas, por que, então, há ainda tanto racismo e discriminação em nosso país – nas ruas, empresas, na mídia e também nas escolas? A resposta é simples: a lei não se encontra tão em vigor assim. Alunos aprendem na escola, ainda no ensino fundamental, sobre a história da colonização do Brasil, raramente atendo-se à história e cultura do povo que já se encontrava aqui antes. Uma clara prova disso é que ainda hoje se diz que o Brasil “foi descoberto”. Assim, como se estivesse desabitado antes da chegada dos europeus.

Os livros didáticos, os professores e os alunos não estudam a fundo a história da África – de onde muitos de nossos antecedentes vieram – como estudam a história da Europa, suas nações, seus reis ambiciosos, grandes guerras e revoluções. Quando a África é citada neste contexto? Muito raramente, na maioria das vezes, sob um aspecto submisso, por exemplo, em mapas do Neocolonialismo, representando a partilha da África entre as principais potências Europeias em busca de mercado consumidor, fonte de matéria-prima e mão-de-obra baratas.

A África é então apresentada a jovens alunos como “um pedaço de terra”, e os africanos, como

“um pedaço de carne”, desprovidos de liberdade, autômatos, sem valor algum (até que um colonizador chegue). Porém, nenhum humano nasce preconceituoso, ele é ensinado a sê-lo. É de se esperar uma sociedade racista num país onde o povo de origem e a maioria dos antecedentes são calados pela história escrita por mãos brancas, permitindo que crianças sejam ensinadas preconceitosamente. Mesmo sendo uma nação de raças tão diversas e mescladas, ainda é necessário muito tempo para que esta mentalidade – esta *ideologia* – se desfaça, dando lugar à igualdade. Por isso a Lei.

A Lei tem como objetivo trazer mais clareza ao passado dos negros e ao seu presente, pois através de sua cultura e história qualquer um pode entender que são tão humanos quanto brancos, asiáticos, deficientes físicos, gays, todo e qualquer ser humano. É quando se é criança que se aprende, e quanto mais a Lei for seguida, quanto mais professores “abrirem a mente” de seus alunos para que estes vejam e julguem além dos exemplos que vêem pela vida, aí sim o objetivo estará mais próximo de concretizar-se.

Entender que uma pessoa é julgada por nossa própria opinião sobre o que ela demonstra ser e não pelo que foi considerada há dezenas de anos atrás, nem por sua cor de pele e nem pelo duro destino que tiveram seus antepassados é o primeiro passo para a igualdade, e, na amplitude do racismo nos dias de hoje, extremamente necessário. Por isso, a Lei. Por um Brasil com mais igualdade no final das contas, pois não se trata somente de aprender a história e cultura de determinado povo: trata-se de reconhecer sua grandeza, que é garantidamente tão profunda, diversa, interessante e digna como todas as demais.

Redação 6º Lugar:

Construindo pontes para o estudo da cultura afro-brasileira

Patrícia Gabriela Riedel
Câmpus Venâncio Aires

Miscigenação. Palavra que define nosso país, um Brasil rico em misturas: diversidade de culturas, de etnias, diversidade de sabores, de saberes e de ritmos. País de todos, composto por milhares de rostos, diferentes e únicos. Cada rosto com uma história, inserido em uma cultura. E, dentro dessa sopa de cores, surge o negro. Oriundo do continente africano, cai em terras brasileiras sem ter tido a chance de escolher seu rumo. Traficado, viaja apertado dentro de navios imundos, com mais outros inúmeros novos escravos, longe da família, separado da sua terra natal. Esses primeiros escravos africanos desembarcam no Brasil entre 1550 e 1551 e concentraram-se principalmente no nordeste. Trabalhavam em condições miseráveis e não podiam parar as atividades, muito menos reclamar.

Anos se passaram, a Lei Áurea foi assinada pela filha de D. Pedro II, a Princesa Isabel. Hoje, comemoramos no dia 20 de novembro, o Dia Nacional da Consciência Negra, dia em que foi morto, muitos anos atrás, um dos maiores líderes de movimentos antiescravista: Zumbi dos Palmares. Desde então, mais de cem anos após 1888, ano em que a Lei Áurea foi assinada, o preconceito e a discriminação, hábitos usados no tratamento dos escravos naquela época, ainda estão embutidos nas entranhas da atual população.

Nas escolas, são de suma importância, atividades e práticas que incentivem a integração entre todos os alunos. Estudar, dentro da história, a participação dos negros escravos, dos judeus, dos imigrantes, na construção da atual sociedade, demonstra que todos os povos, de alguma forma, estão inseridos em um mesmo círculo, cada um com suas diferenças, que só enriquecem a troca cultural dentro da sociedade. Entretanto, para muitos, é difícil obter essa compreensão.

De geração para geração, costumes e ideais, en-

sinados pelos avós, bisavós, pelos anciões da família, muitas vezes, criam uma cultura de discriminação. Enxergar apenas as diferenças e afastar-se de quem é diferente, menosprezando-o e excluindo-o de seu meio, sim, isso se chama preconceito. Algo arcaico, porém, que ainda existe nos dias atuais e, por motivos ignorantes, causa a morte de muitas pessoas inocentes por preconceito.

Desde o início de 2012, o estudo da cultura afro-brasileira está presente no IFSul Câmpus Venâncio Aires. Além de ser tratado nas aulas de história, desde o início das atividades no câmpus, o assunto ganhou altos holofotes com as aulas de capoeira. As rodas de capoeira têm atraído muitos estudantes, instigados pela cultura tão diferente. A partir de seminários e trocas em sala de aula, são debatidas atitudes dos escravos de séculos atrás, que encontravam a sua frente senhores dos quais tinham que se defender. A cultura e os hábitos, bem como a história do movimento capoeirista e da luta negreira são estudados também.

Em 2003, uma nova lei foi sancionada no Brasil, a lei 10.639/03, que coloca dentro das grades curriculares, o estudo da história e da cultura afro-brasileira. A partir das escolas, dos professores e também da mídia, a superação sobre o preconceito e a discriminação, não só em relação aos negros, mas também em relação a outras etnias, procura alcançar diferentes âmbitos da sociedade. O estudo da cultura afro-brasileira nas escolas possibilita a todos abdicar de preconceitos vazios construídos, muitas vezes, em cima de receios ou sobre o desconhecimento. Sem dúvida alguma, possibilitar-se abrir o pensamento para o novo e criar novos conceitos a partir da cultura e da educação é de muita significância, pois constroi, concomitantemente, pontes para uma maior integração dentro da sociedade.

Redação 7º lugar:

Necessidade de valorização da cultura afro-descendente

Eduarda Ramé Passos
Câmpus Charqueadas

Desvalorizados na história, e ainda hoje em dia, inferiorizados por uma sociedade que se julga tão cheia de misturas, porém não consegue reconhecer a beleza da diversidade e toda a contribuição de um povo que alavancou nosso Estado. Este é o quadro que a população de afro-brasileiros tem de conviver diariamente em nosso país, pelas mãos de um apeutismo generalizado.

Por meio da lei 10.639/03 busca-se reverter essa situação ao implementar o estudo da história e da cultura afro-brasileira nos ensinamentos fundamental e médio a fim de que um conhecimento digno seja transmitido no ambiente escolar, proporcionando aos alunos uma percepção mais próxima da realidade daqueles que chegaram ao Brasil e foram submetidos a condições abjetas, pelas mãos de “desbravadores” que se viam como superiores, os julgavam sem religião e cometiam atrocidades com a desculpa que somente o trabalho árduo poderia salvá-los.

O negro, não em condição de escravo, mas sim de escravizado, pois sendo ele um homem livre, foi submetido a escravidão, sempre ocupando papel de figurante histórico, mesmo quando na verdade podia ser reputado como a principal alavanca para o desenvolvimento social e econômico, visto que eram os responsáveis principais não só pela produção aqui existente, mas também por todos os demais trabalhos, reafirmando assim sua suma importância, porém não sendo recompensado de maneira alguma. Isso se manteve mesmo após a abolição da escravatura, tendo em vista que a liberdade não garantiu dignidade, e sim os fez buscar meios alternativos para seguirem suas vidas, como povoar morros e empregarem-se em trabalhos inferiores por culpa da falta de instrução que lhes foi imposta, e não por acaso ainda é possível ver os reflexos desta brutalidade, já que em favelas e índices de pobre-

za, o negro permanece em maior número.

O preconceito encontra-se tão enraizado que nos impede de buscar conhecer essa gente com cultura tão rica, que não desembarcou sozinha neste país, e sim, trouxe consigo uma infinidade de ritmos, culinária diversificada, capoeira e palavras que constituem nosso vocabulário, sem mencionar a já referida contribuição advinda do suor do trabalho.

Evidente que há políticas que visam a melhor inserção dos negros na sociedade, muito justas, porém quase irrelevantes quando comparadas com a dívida histórica que a nação tem com estes, sem que ao menos, momentaneamente, nem todo o país possua a capacidade de reconhecer e alguns acabem mesmo que acidentalmente repetindo o erro dos colonizadores ao julgar alguém inferior por sua raça. Assim, deixando claro que a ignorância nos cega, gerando

o preconceito, e comprovando por mais uma vez que a solução verdadeira e definitiva encontra-se no ensino; nos professores, nossos grandes mestres, capazes de transmitir a esperança de um povo, onde todos possam conviver harmonicamente e de forma igualitária, difundindo verdades pouco conhecidas, acerca da cultura afro-brasileira, porém muito válidas e necessárias para valorização máxima de todos os indivíduos e da diversidade cultural da qual nossa sociedade é composta.

Redação 8º Lugar:

Negros: história de valores e conquistas

Rômulo Viana Gomes
Câmpus Passo Fundo

Ao desenvolver, reinventar e buscar formas de inclusões sociais observamos que a sociedade vem transformando os meios de interação, de consolidação e de respeito (ainda que pouco) ao povo afro-brasileiro e africano. Olhar para trás e pensar que a Lei Áurea não é apenas um tópico de história do ensino escolar básico, mas sim uma realidade presente nas nossas leis atuais, através da Lei 9.394/1996, a qual sofreu alterações dos seus Arts. 26, 26 A e 79 B, passando a ser transcrita para a Lei 10.639/2003, torna-se uma evidência desse pequeno reconhecimento. A Lei 10.639/2003 está vigorando graças a uma conquista do povo negro que passa a ter o direito de ver sua história e cultura sendo estudada na rede de educação básica de ensino em todo o Brasil e também assegura o direito da descendência afro-brasileira e africana à igualdade de condições de vida e de cidadania no âmbito nacional.

A intensa batalha da comunidade negra ganhou força ao conquistar novos patamares de inclusão na sociedade, a qual conceituava a ideia de que negros (as) eram apenas raças de povos escravos, sem considerar que, como seres humanos, dentro de cada um existem um fôlego de conquistas, persistências e sabedoria. Os espaços para entender a cultura e as origens desses povos deixaram de ficar apenas em museus, ganharam força na implementação do estudo da cultura afro na rede básica de ensino, possibilitando o debate e a inserção do aluno na cultura que o enraíza na história do país.

Um dos fatores que vale destacar é o estudo da famosa Lei Áurea, ver a luta da princesa Isabel para libertar os povos afros da opressão e da posse da escravatura da época, comparar isso com a realidade de hoje toma força com a alteração da Lei 9.394/1996, que vem reforçar a destinação de cotas aos negros (as) em concursos vestibulares no

Brasil, mas especialmente visa incluir, desde a educação infantil, o respeito aos negros como pessoas com o mesmo teor de igualdade previsto a todos na constituição federal. Isso faz com que desde pequenos brancos e negros compreendam o significado de ser negro no Brasil, através do conhecimento da sua cultura, história e contribuição para formação social do país, desconstruindo, assim, o mito da igualdade racial.

Nesse viés de reconhecimento, vale destacar os postos ocupados por personalidades como o Excelentíssimo Senhor Ministro do STJ, Joaquim Barbosa, no cenário nacional, o grande líder Sul-Africano, Nelson Mandela, e também o Senhor presidente dos Estados Unidos da América, Barack Obama, no cenário internacional. Vale salientar que essas pessoas são exemplos de homens públicos, mas a sociedade brasileira e mundial está repleta de casos de pessoas negras anônimas que foram conseguindo seu espaço e o devido reconhecimento. Enfim, ver pessoas negras tendo sua cultura e sua história sendo afirmadas e respeitadas nos dá a certeza de que esse aporte de conhecimento não será negado às gerações futuras.

Redação 9º lugar:

Influência afro-brasileira

Bruna Corrêa Tilmann
Câmpus Pelotas

Houve um período de grande influência entre o meio do século XV e o início do século XIV, que se tornou importante na história do Brasil devido ao tráfico negreiro. Nesta época, africanos de todas as partes de seu continente eram trazidos forçadamente para trabalharem como escravos, e normalmente eram adquiridos por serem prisioneiros de guerra, como um pagamento de tributo, por alguma punição ou até mesmo para garantir o pagamento de dívidas.

Durante um longo tempo do período colonial brasileiro, não houve muitas relações entre os colonizadores portugueses e os negros africanos. Com o tempo percebeu-se laços criados entre os dois povos, onde “mães-pretas” cuidavam dos filhos de seus senhores e compartilhavam com as mulheres suas histórias, memórias, hábitos e conhecimentos.

Ao longo dos séculos, percebe-se que além dos africanos e seus descendentes terem povoado e gerado riqueza, eles tiveram uma grande influência no país ao inserir seus costumes, rituais religiosos, danças, músicas e suas práticas. Graças a isso, e a muitos outros povos que vieram para o Brasil, que se tem uma cultura diversificada.

Após o período de colonização e escravização e até os dias de hoje, ainda se tem uma sociedade preconceituosa, mesmo após a criação da organização das Nações Unidas (ONU), da Declaração Universal dos Direitos Humanos e da lei que caracteriza a discriminação racial como contravenção penal.

Considerando toda a influência do povo afro-descendente, em janeiro de 2003 foi aprovada a lei 10.639, que inclui no currículo oficial das escolas a *História e Cultura Afro-Brasileira e africana*. Segunda Eliane Cavalleiro, professora de pedagogia da Universidade de Brasília, a objetivo do Brasil com essa lei é de eliminar o racismo nas escolas. Porém, sabe-se que uma lei não vai mudar toda uma história em cima de um povo há muito tempo dis-

criminado, além dos professores darem um enfoque errado, aumentando a exclusão do povo negro.

A lei 10.639/2003 é importantíssima para a criação de uma diversidade cultural. Portanto, apesar da lei não ter uma eficácia completa, ela ajuda muito na inclusão dos afrodescendentes na sociedade brasileira, e a execução desta é necessária para o desenvolvimento de cidadãos conscientes, que realizem seu papel social construindo uma identidade nacional.

Redação 10º Lugar:

A importância do afro-brasileiro na nossa história

Brenda Trindade Soares
Câmpus Charqueadas

A lei 10.639/2003 é muito importante para que todos possam conhecer e aprender um pouco mais sobre a história afro-brasileira, pois os negros contribuíram muito para que o Brasil pudesse crescer. Com isso talvez possa ocorrer à diminuição do preconceito contra os negros que infelizmente está presente em nosso cotidiano.

Os negros foram de extrema importância na história do Brasil, pois colaboraram muito para que nosso país evoluísse e se tornasse o que é hoje. A presença dos negros foi essencial tanto na política, religião, gastronomia, economia quanto no aspecto social e cultural.

Os negros foram muito importantes para a nossa cultura, pois foi através deles que nós tivemos a integração da capoeira e do samba na nossa cultura brasileira. Os negros contribuíram na gastronomia trazendo o vatapá, a canjica e a feijoada para a nossa culinária e também na religião trazendo a Umbanda e o Candomblé.

Os negros tiveram uma grande importância na economia brasileira, por que eram eles que faziam todo o trabalho. Os homens eram responsáveis pelo trabalho braçal, trabalhavam nas lavouras e eram eles que movimentavam a economia do Brasil. As mulheres negras eram responsáveis pelos serviços domésticos e eram usadas pelos seus patrões para a reprodução e também como amas de leite. Os negros eram vítimas de violência constantemente.

Um grande herói brasileiro que representa um pouco da história dos negros no Brasil é o Zumbi dos Palmares que foi um grande líder do quilombo Palmares que lutou pela abolição da escravidão na época do Brasil Colonial. Zumbi era um negro escravo que morreu em combate no dia 20 de novembro de 1695, data que ficou conhecida mais tarde como “Dia Nacional da Consciência Negra”. Embo-

ra Zumbi tenha morrido lutando pela abolição da escravidão, a abolição só ocorreu de fato no ano de 1888.

Com o passar dos anos, as raças foram se misturando e hoje existem poucas pessoas que não tem de fato descendência negra. Hoje em dia temos as chamadas cotas nas faculdades como uma forma de incentivar os negros a entrarem para a universidade.

Mesmo que se tenham leis que proíbam o racismo, muitas pessoas negras sofrem com este preconceito diariamente. Uma das coisas que tem contribuído muito para a diminuição deste preconceito contra os negros é a presença de pessoas negras em cargos de extrema importância para todos como, por exemplo, o Edson Arantes do Nascimento mais conhecido como “rei Pelé”, que foi o melhor jogador de futebol do mundo e eleito o melhor atleta do século 20.

No mundo em que vivemos, todos tem de aprender a conviver e respeitar as diferenças, pois ninguém é menos que ninguém, todos tem os mesmos direitos não importa raça, religião ou opção sexual. O preconceito tem que acabar e a melhor maneira de se acabar com ele é integrando assuntos como a história Afro-brasileira na escola, para que todos possam compreender que ser diferente é normal e aprender a respeitar a todos e lidar com todas as diferenças.